

CULTURA E DESENVOLVIMENTO: em busca da humanização do crescimento econômico

Alessandro Warley Candéas

Parte I. Conceitos de cultura e desenvolvimento

A. O conceito de cultura

É possível tomar o conceito de cultura em três acepções: a erudita, a filosófica e a antropológica.

A primeira acepção, que designa a expressão erudita e esteticamente refinada do gênio humano, tal como consagrada nas belas-artes e nas letras, firma-se historicamente no período do Renascimento.

Em sua acepção filosófica, a cultura constitui a capacidade intelectual de apreender o real de forma abstrata, representá-lo por símbolos e conferir-lhe um sentido. Nessa perspectiva, a cultura torna a realidade socioambiental inteligível ao homem, etapa preliminar à ação transformadora. A cultura representa, igualmente, a capacidade de transformação da realidade por meio do trabalho humano, possibilitando a superação dos determinismos impostos pelo hábitat. A intervenção antrópica baseia-se no conhecimento do meio, no emprego de instrumentos e técnicas e em objetivos socialmente definidos com vistas à criação de um ambiente “cultural” ou “humanizado”. Essa visão libertadora se opõe à noção repressiva da cultura sugerida por Freud, e tem o mérito dar ao homem o papel de agente da história. O homem substitui os determinismos naturais por determinismos artificiais de perfil sociocultural e institucional. Essa autodeterminação se traduz em controles sociais e na organização dos métodos de produção e distribuição do produto e da renda. Contrariamente à ordem da natureza, a ordem instaurada pelo homem

é suscetível de modificação. A acepção filosófica da cultura possibilita ainda a consideração da dimensão ética do desenvolvimento, examinada em capítulo do Relatório Cuéllar intitulado “nova ética universal”.

Em sua dimensão antropológica, a mais ampla e fecunda para sua caracterização como elemento constitutivo do desenvolvimento, a cultura compreende o conjunto dos elementos responsáveis pela organização socioeconômica e pela fixação da identidade social e das aspirações coletivas. Com base nas definições enunciadas por Tylor,¹ Kroeber e Kluckhohn² e da própria Unesco,³ é possível sublinhar que a cultura define as capacidades humanas adquiridas em sua experiência histórica, e que constituem o fundamento das realizações e do patrimônio social. Os elementos definidores da cultura podem ser agrupados em duas categorias: 1) os modelos conscientes e inconscientes e as estruturas de pensamento e percepção do real (visão do mundo, valores, ideologias, conhecimentos, crenças, símbolos e significados); e 2) manifestações imateriais, nos comportamentos e na organização da sociedade (estilos de vida, costumes, instituições e técnicas), ou materiais, nos artefatos, documentos e monumentos.

O exame das influências da cultura sobre o desenvolvimento pode ser feito em duas dimensões, a saber, a patrimonial e a organizacional.

Em sua dimensão patrimonial, a cultura pode ser definida como o conjunto de riquezas materiais (recursos mobilizáveis, instrumentos) e imateriais (conhecimentos, técnicas) de uma sociedade formadas ao longo de sua história e de sua interação com o meio natural. A cultura não é apenas a mediadora intelectual e cognitiva que torna a realidade inteligível ao homem; ela é, também, o recurso fundamental para a identificação e transformação do meio ambiente em um patrimônio

1 E. B. Tylor definiu cultura como um complexo de habilidades adquiridas pelo homem como membro de uma sociedade, incluindo conhecimentos, crenças, artes, moral, leis e costumes.

2 Para Kroeber e Kluckhohn, da escola difusionista norte-americana, a cultura consiste em padrões de comportamento explícitos ou implícitos adquiridos e transmitidos por símbolos, constituindo realizações e artefatos característicos de determinados grupos humanos.

3 A Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mundiacult), realizada no México em 1982 sob os auspícios da Unesco, definiu a cultura como “o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. A Mundiacult lançou as bases conceituais da “Década Mundial do Desenvolvimento Cultural” da Unesco (1988-1997).

humanizado. Como sublinha Ignacy Sachs, a própria noção de recurso natural ou humano (*resourcefulness*) é uma construção cultural que pode conduzir seja a uma relação simbiótica com a natureza e os agentes socioeconômicos, seja a uma dominação predadora e insustentável.⁴

A dimensão organizacional da cultura compreende a racionalização das práticas sociais por meio de elementos normativos, institucionais e morais. Os conceitos e os papéis econômicos do Estado e do mercado são construções culturais. As regras e órgãos englobam o regime da propriedade e do trabalho, a organização empresarial, o emprego de técnicas e equipamentos, a proteção do meio ambiente, a acumulação, a poupança, o investimento e a distribuição da riqueza. Mais que a racionalidade econômica, os comportamentos e regras pertencem às esferas da cultura política e da psicologia social.

As teses funcionalistas da cultura, mais interessadas na estabilidade dos sistemas, consideram as funções desempenhadas pelos atores sociais a partir de uma perspectiva muitas vezes estática. Ora, se o desenvolvimento constitui um processo de transformação, a compreensão do papel da cultura deve ser feita em uma perspectiva dinâmica, diacrônica. Cabe, assim, dividir os elementos e fatores culturais em estáticos, ou estruturantes, e dinâmicos, ou estruturados.

Os componentes estáticos ou estruturantes são caracterizados por um valor simbólico poderoso, que confere autenticidade e referência existencial a um grupo sociocultural, assegurando-lhe equilíbrio e continuidade no tempo e no espaço. Trata-se dos mitos fundadores, das tradições, religiões e crenças profundas, dos sistemas de valores e línguas. Esses elementos têm evolução excessivamente lenta e permanecem muitas vezes implícitos. Se o ritmo de transformações sofridas pelo grupo passa a afetar os elementos estáveis, ou se a pressão de culturas exógenas ameaça a identidade cultural, é possível a ocorrência de reações de defesa coletiva: rejeição às

4 SACHS, Ignacy. *Cultures, environnements et styles de développement*, Paris: Unesco, Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, 1993, e *A la recherche de nouvelles stratégies de développement: enjeux du Sommet social*, Paris: Unesco, MOST, 1995. O autor sugere a elaboração de uma história socioecológica da humanidade a partir de uma tabela ecossistemas x culturas. Lida em um sentido, a tabela mostraria a diversidade das culturas nascidas em ecossistemas similares (floresta tropical úmida na Amazônia, África e Ásia); lida em outro sentido, a tabela mostraria a continuidade e adaptabilidade de uma mesma cultura em meios naturais distintos (civilização árabe do Atlântico ao Índico).

mudanças e aos aportes externos, retorno aos valores e costumes tradicionais, fundamentalismos, ou, hipótese mais positiva, a adoção de elementos externos para o fortalecimento sociocultural endógeno.

Os componentes dinâmicos ou estruturados, por seu turno, constituem vetores privilegiados das transformações sociais. São facilmente transmitidos e assimilados pelos intercâmbios proporcionados pelo comércio, pelas migrações ou pela dominação política, tecnológica ou militar. A abertura comercial e cultural aos aportes externos resultante da redemocratização de sociedades e imposta pela globalização tende a acelerar o fluxo e a assimilação desses componentes dinâmicos. Essa assimilação não se faz por simples reprodução, mas por um processo de reinterpretação endógena que pode transformar profundamente o sentido e a utilidade dos elementos incorporados. Entretanto, em um contexto de desnível tecnológico e político entre sociedades em interação, os elementos culturais tenderão a fluir em um único sentido, gerando a expansão da cultura dominante em detrimento do sistema mais fraco. A evolução dos componentes dinâmicos pode também resultar de fatores endógenos, tais como a mudança de equilíbrio entre forças políticas e sociais internas (e.g. ascensão da burguesia) e a descoberta de novos procedimentos técnicos.

B. O conceito de desenvolvimento

Etimologicamente, a noção de desenvolvimento remete à supressão de obstáculos e à realização das potencialidades.⁵ Aplicada a idéia na esfera das ciências sociais, designa-se a evolução das sociedades e a expansão das capacidades humanas por meio da superação dos entraves naturais, cognitivos, técnicos, políticos e sociais.

O sentido que atribuímos hoje ao desenvolvimento é resultante de um processo histórico: do século das “Luzes”, o termo incorpora a idéia de progresso e sua dimensão humanista; do século seguinte, com a revolução industrial e o evolucionismo, a palavra adquire a conotação de transformação socioeconômica, que prima sobre a

⁵ O termo desenvolver vem da ação de livrar o grão de trigo do tecido que o envolve (em latim, *volvere*). A biologia e a fisiologia, por sua vez, tratam do desenvolvimento de seres vivos e órgãos.

idealização humanista anterior; do século XX, integra elementos de política econômica voluntarista destinados a impulsionar o processo de industrialização e o crescimento dos níveis de emprego e renda e a modernização tecnológica.

É possível distinguir três acepções de desenvolvimento: filosófica, econômico-tecnológica e sociocultural.

A acepção filosófica compreende sua dimensão humanista e se apóia em três noções: a *entelechia*, a teleológica e a ética. Celso Furtado,⁶ baseado na noção aristotélica de *entelechia*, que designa a realização da potência de um ser, afirma que toda sociedade é suscetível de desenvolvimento endógeno, e que o subdesenvolvimento representa uma “desumanização”. Nessa perspectiva, a realização da potência cultural, intelectual, artística e ética de uma sociedade constitui a verdadeira definição do desenvolvimento. Quanto aos aspectos teleológicos e éticos, convém recordar os termos do Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano de 1992:

o debate sobre o desenvolvimento não se prende apenas aos meios (crescimento do PNB), mas se estende também aos fins. O desenvolvimento humano envolve tanto a possibilidade de engendrar o crescimento econômico quanto a repartição desse crescimento; tanto a satisfação das necessidades fundamentais dos indivíduos quanto todo o espectro das aspirações humanas. Para o desenvolvimento humano, os dilemas que existem no Norte têm tanta importância quanto a miséria que grassa no Sul.⁷

A segunda acepção do desenvolvimento é a econômico-tecnológica, mais largamente difundida e empregada pelas instituições e agências. Privilegia-se aqui a elevação dos níveis de produção e de produtividade e a diversificação e aprimoramento dos bens e serviços. Nessa perspectiva, as considerações sociais do processo de desenvolvimento são reduzidas a uma dimensão puramente instrumental do princípio de alocação ótima dos recursos.

6 FURTADO, Celso. *Le mythe du développement économique*, Paris: Editions Anthropos, 1976, citado por Unesco, *Preliminary Draft of the World Report*, Paris: Unesco, 1995, p. 2. Segundo o princípio metafísico de “entelechia”, todo ser possui uma energia ativa e eficaz suscetível de realizar sua potência. PNUD. *Rapport Mondial sur le développement humain*, Paris: Economica, 1992.

7 PNUD. *Rapport Mondial sur le développement humain*, Paris: Economica, 1990.

A terceira acepção é a sociocultural, e compreende a satisfação das necessidades do homem, a melhoria de sua qualidade de vida (nível de bem-estar), sua participação no processo decisório nas esferas econômica e tecnológica e a liberação de sua energia criadora. Essa acepção foi consagrada no primeiro Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano, de 1990⁸, que firmou a idéia de um “processo de ampliação da gama de escolhas acessíveis a todo o ser humano”. Entre tais escolhas, o crescimento da produção e da renda figura entre outros objetivos, tais como saúde, educação, emprego, meio ambiente e liberdade de ação e expressão. A acepção sociocultural é adotada pela Unesco, que chega a afirmar, no Relatório Cuéllar, que “o desenvolvimento consiste em grande parte em assegurar o exercício dos direitos humanos”. A conferência Mundiacult, na mesma linha, já havia definido o desenvolvimento como um

*processo complexo, global e multidimensional, que ultrapassa o puro crescimento econômico para integrar todas as dimensões da vida e todas as energias de uma comunidade, cujos membros devem participar do esforço de transformação econômica e social, bem como dos benefícios resultantes. (...) O desenvolvimento deve repousar sobre a vontade de cada sociedade e exprimir sua identidade profunda.*⁹

O desenvolvimento deve ainda ser apreendido como um processo de transformação sustentável de estruturas físicas e humanas. A sustentabilidade exige o respeito à “capacidade de carga” do ecossistema e do sistema social, e pressupõe a continuidade e o aprimoramento do patrimônio material (natural e histórico) e imaterial (institucional e cultural).

No que tange à experiência histórica de desenvolvimento, os parâmetros normalmente empregados para fins de emulação pelos países em desenvolvimento são os verificados nos países “industrializados”. Caberia, contudo, investigar comparativamente os processos de transformação dos países ocidentais em relação aos

8 PNUD. *Rapport Mondial sur le développement humain*, Paris: Economica, 1990.

9 Definição adotada pela Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mundiacult), realizada no México em 1982 sob os auspícios da Unesco.

verificados na Ásia. Os modelos asiáticos poderiam oferecer parâmetros mais adequados de emulação por parte do mundo em desenvolvimento: investimento elevado nos recursos humanos, sobretudo na educação e formação profissional, respeito às tradições e papel catalizador do Estado.

C. A articulação entre os dois conceitos

Inicialmente, a dimensão cultural possuía uma certa conotação negativa no âmbito da “ideologia desenvolvimentista”, que, apoiada nas teses de transformação estrutural, buscava explicar os limites e bloqueios à modernização do terceiro mundo. A cultura tradicional era muitas vezes concebida como sintoma de subdesenvolvimento a ser superado.

No período de descolonização (décadas de 50 a 70), a cultura adquiriu conotação mais positiva, com ênfase na revalorização da herança histórica de grandes civilizações, como a egípcia, a indiana e a chinesa. Reafirmação identitária e nacionalismo econômico combinavam-se para restaurar o lugar histórico privilegiado ocupado por esses países no passado. Quanto à África e à América Latina, menos aquinhoadas pelo passado histórico, os chamados “povos novos” por Darcy Ribeiro,¹⁰ a mobilização para o desenvolvimento tinha ênfase prospectiva: o potencial de construção de civilizações dinâmicas e modernas. Um conjunto de “ideologias desenvolvimentistas” fundado sobre a valorização cultural foi empregado para justificar programas de grande envergadura patrocinados pelas elites modernizadoras do Sul.

O Relatório Cuéllar destaca duas formas de relação entre os conceitos de cultura e desenvolvimento. A primeira considera o desenvolvimento como simplesmente crescimento econômico, e confere à cultura um papel puramente instrumental:

“Na concepção que enfatiza o crescimento econômico, a

10 RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*, Petrópolis: Editora Vozes, 1991. *As Américas e a civilização*, Petrópolis: Editora Vozes, 1988. Os “povos novos”, sobretudo latino-americanos, são nações historicamente recentes que atravessam um processo de elaboração e afirmação étnica e cultural. Essa noção se opõe à dos “povos testemunhos”, herdeiros de um patrimônio histórico milenar, e à dos “povos transplantados”, prolongamento da sociedade e cultura européias, sobretudo anglo-saxônicas, em outras regiões do mundo.

cultura não desempenha nenhum papel fundamental. Ela é puramente instrumental, que favorece ou faz obstáculo a esse crescimento. É nesse sentido que se apresentam o protestantismo e o confucionismo como incentivadores da poupança, da acumulação de capital, do trabalho intensivo, da higiene, de hábitos de vida sadios, bem como do espírito empreendedor. (...) A cultura aparece, nessa ótica, não como algo de precioso em si próprio, mas como um meio a serviço de um fim: promover e manter o progresso econômico”.

Na segunda forma de relação entre cultura e desenvolvimento, este último compreende, além do crescimento econômico, a realização das potencialidades do homem, o que eleva a cultura à categoria de um dos fins do desenvolvimento.

Entretanto, é necessário superar a falsa dicotomia entre as noções de cultura como instrumento ou fim do desenvolvimento. Deve-se integrar a cultura na problematização das mudanças sociais, econômicas e tecnológicas que constituem o desenvolvimento: 1) os efeitos do desenvolvimento sobre o sistema cultural; 2) o sistema econômico-institucional no qual se processa o desenvolvimento; 3) o sistema político-ideológico; e 4) o sistema cognitivo-tecnológico.

Os efeitos positivos ou negativos do processo de desenvolvimento sobre a cultura podem ser examinados, na antropologia, sob o prisma da teoria difusionista.¹¹ O difusionismo pode ajudar a compreender como os pólos de irradiação da modernidade procuram espalhar, em escala mundial, traços do “complexo cultural”¹² da “civilização ocidental”: individualismo capitalista, racionalidade científica, busca da eficiência, fragmentação e simplificação da realidade, materialismo, reificação de pessoas e elementos da natureza, industrialismo urbano e intensivo em capital (recurso mais abundante). A expansão geográfica das idéias, técnicas, práticas sociais e costumes modernos produzida pelo desenvolvimento, sobretudo quando resultante do contato intercultural entre sociedades

11 O difusionismo, teorizado pela escola histórico-cultural norte-americana (Boas, Kroeber, Sapir) examina as semelhanças e diferenças de traços culturais com base na expansão espacial da influência de grupos culturais.

12 Os complexos culturais são, segundo F. Graebner, da escola histórico-cultural germano-austriaca, compostos por elementos integrados que se deslocam em conjunto.

modernas e grupos autóctones, pode gerar fenômenos de modificação e combinação de elementos culturais tradicionais e modernos, bem como o desaparecimento de conhecimentos e práticas tradicionais. A assimilação de traços culturais externos por sociedades integradas e solidamente fundadas em sua herança histórica, como no caso do Japão da era Meiji, produz a modificação equilibrada de estruturas, técnicas e valores. Por outro lado, a pressão de influências modernizadoras sobre meios sociais frágeis, não-dotados de estruturas psicossociais e institucionais que assegurem a proteção do cerne identitário, como ocorrido em grande parte do terceiro mundo, pode conduzir ao empobrecimento da herança cultural endógena.

O sistema econômico-institucional remete às acepções patrimonial e organizacional da cultura acima. Essa concepção permite pesquisar as diversas “culturas” de produção, consumo, poupança, investimento e distribuição.

A “cultura de produção” de um grupo social engloba o potencial de mobilização (*social empowerment*) para fins produtivos, a organização, o espírito empreendedor e inovador e a percepção do trabalho. Essa dimensão da cultura determina a forma de valorização dos recursos disponíveis (*resourcefulness*). No nível microeconômico, a “cultura da produção” possibilitaria pesquisar as lógicas subjacentes às estratégias de busca do lucro, competitividade, domínio do mercado e satisfação do consumidor. Para fins de ilustração, é interessante comparar a “organização científica do trabalho” do período fordiano e as características da mobilização industrial japonesa. A primeira teve sua expressão teórica estabelecida por F. Taylor, e busca a racionalidade científica por meio da produtividade máxima, fragmentação e simplificação das tarefas e redução do desperdício. A repartição rígida do trabalho traduz uma concepção social de clivagem entre indivíduos dotados de conhecimentos científicos e técnicos superiores, de colarinho branco, e uma massa de trabalhadores de colarinho azul apenas capazes de repetição mecânica de gestos. A gestão japonesa, por seu turno, se inspira em princípios confucianos de organização social e de ética samurai, e enfatiza, não a racionalidade científica, mas a mobilização de espíritos. Em vez da clivagem de competências, o sistema japonês opta por levar grande parte dos conhecimentos, qualificações e decisões ao nível dos operários, descentralizando a responsabilidade pela qualidade da produção.

O exame da “cultura do consumo” parte do pressuposto de que a compra e a busca de satisfação pela posse ou uso de bens e serviços constituem comportamentos econômicos determinados por padrões socioculturais. A teoria econômica clássica sobre os níveis de satisfação se fundamenta sobre bases insuficientes para o conhecimento do comportamento dos agentes econômicos, a exemplo da noção abstrata de “soberania do consumidor”. As técnicas de *marketing*, por outro lado, alcançaram elevado nível de conhecimento do comportamento do consumidor, com a incorporação de instrumentos oriundos da psicologia, sociologia e antropologia. Um padrão de consumo que reflete uma cultura de perfil individualista e hedonista – base do sistema capitalista superior – é insustentável social e ecologicamente. No mundo em desenvolvimento, o consumo ostentatório pelo qual as elites se integram ao processo de modernização constitui uma fonte de aculturação e de aprofundamento dos hiatos sociais.

Quanto à “cultura da poupança”, a propensão social a reduzir despesas de consumo presente em benefício da poupança para consumo futuro constitui um dos índices mais importantes da saúde de uma economia. A dificuldade atual de elevação dos níveis de consumo no Japão para a recuperação da atividade econômica não pode ser compreendida fora do sistema cultural do país. Medidas fiscais e monetárias não logram transformar um japonês poupador em uma espécie de norte-americano superconsumista.

A “cultura de investimento e de distribuição dos benefícios” da atividade econômica pertence ao domínio da cultura política e da ética social, pois engloba as questões das decisões econômicas e da repartição equitativa ou desigual dos frutos do crescimento econômico entre os agentes, classes sociais, regiões ou etnias de um país. Pode-se escolher entre o investimento em infraestruturas sociais ou em setores que privilegiam pequena parte da população; ou ainda entre a produção de bens e serviços acessíveis à maioria dos consumidores ou dirigidos a escalões privilegiados de renda. Muitos dos conflitos aparentemente étnico-religiosos podem ser entendidos e resolvidos com uma melhor distribuição de renda e de oportunidades de desenvolvimento.

O sistema ideológico-político constitui a terceira dimensão de articulação entre os conceitos de cultura e desenvolvimento, e

compreende duas formas de mobilização das energias sociais (*social empowerment*): a autocrática e a participativa.

A mobilização autocrática representa, de certa forma, a manifestação do despotismo esclarecido aplicada ao sistema econômico. Impõem-se de maneira autoritária modelos de desenvolvimento, regras para os agentes econômicos, definição de setores prioritários, distribuição espacial de infraestruturas e investimentos e fórmulas de distribuição de renda. Essa postura se inscreve na tendência de afirmação de uma “cultura tecnocrática” que exclui a consideração de opiniões da sociedade civil, considerada incapaz de tomar decisões racionais. Entretanto, o processo decisório em matéria econômica implica escolhas subjetivas em relação às quais a sociedade civil é capaz de opinar, mesmo sem dominar a complexidade técnica das questões envolvidas. Entre tais escolhas, figuram o papel dos recursos humanos e as questões do desemprego e da exclusão social, a importância da sustentabilidade ambiental e a aceitação de riscos ecológicos, o processo institucional de elaboração tecnológica e a distribuição dos ônus e benefícios do crescimento. Essas escolhas determinam estratégias alternativas e mais participativas de desenvolvimento, nos quais julgamentos de natureza política e ética precedem a competência técnico-científica.

A tendência tecnocrática conduz, às vezes, à busca do “desenvolvimento espetáculo”,¹³ marcado por um perfil de produção e de infraestruturas de prestígio, que privilegiam soluções megalômanas. O “desenvolvimento espetáculo” se opõe às técnicas simples, baratas, fundadas sobre conhecimentos tradicionais mais sustentáveis do ponto de vista socioambiental. Antes de ser uma questão de natureza econômica, o desenvolvimento, na história do terceiro mundo, é uma questão de política de poder e prestígio nacional – mais do que de eficiência social.

A noção de participação foi o tema central do Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano de 1993, que estabeleceu uma vinculação estreita entre o envolvimento direto dos agentes e a sustentabilidade ambiental e cultural do desenvolvimento.¹⁴ Esse debate abre o caminho para o aperfeiçoamento do controle social

13 DEBORD, Guy. *La société du spectacle*. Paris: Ed. Gallimard, 1992.

14 PNUD. *Rapport Mondial sur le développement humain*. Paris: Economica, 1993.

sobre a elaboração econômica e tecnológica. É de se notar a desconexão entre as liberdades democráticas e a participação nos processos decisórios em matéria econômica e tecnológica. Estes últimos têm, hoje, importância política equivalente às questões legislativas e administrativas. Apesar disso, as atuais estruturas institucionais não são suficientes para garantir a participação do povo. M. Horkheimer, fundador da escola de Frankfurt,¹⁵ afirmava que o culto da ciência, da tecnologia e da produtividade funda a barbárie moderna. J. Habermas vislumbrava a possibilidade de integrar o progresso técnico à democracia. O Relatório Cuéllar também defende a integração entre desenvolvimento e democracia:

Há (...) vínculos de interdependência e relações de causa e efeito recíprocas entre democracia e desenvolvimento. A longo prazo, o sucesso do desenvolvimento depende da democracia. O desenvolvimento não é uma empreitada tecnocrática que pode ser dirigida por governos centrais, pois exige a participação ativa de todos os membros da sociedade.

Curiosamente, o Relatório Cuéllar também se deixa seduzir pela ideologia da racionalidade científica para a solução de problemas às vezes essencialmente políticos:

As principais tendências geralmente consideradas como símbolos do advento de uma nova cultura mundial são provavelmente alheias à esfera política. Uma dessas tendências mais espetaculares é, sem dúvida, a autoridade crescente da ciência e do pensamento científico. (...) Não se poderia negar que o esforço para solucionar desafios em escala planetária na esfera, por exemplo, da ecologia, não pode prescindir da competência científica e do recurso à tecnologia. (...) Evidentemente, a razão científica não pode nada contra os conflitos de valores e os enfrentamentos de interesses antagônicos. A ciência não se substitui à política. Todavia, problemas políticos frequentemente

15 A Escola de Frankfurt compreendeu de maneira notável as tendências totalitárias das técnicas de gestão.

levantam problemas empíricos aos quais convém aportar uma resposta científica.”

O sistema cognitivo-tecnológico constitui a quarta dimensão da articulação dos conceitos de cultura e desenvolvimento. Esse sistema remete à dimensão patrimonial da cultura, e compreende os conhecimentos sobre os recursos naturais e humanos, bem como as técnicas de sua valorização e de elevação dos níveis de produtividade.

Parte II. Colocando em questão o projeto desenvolvimentista ocidental

A. Uma crise em três níveis: história, epistemologia e práxis

Uma das contribuições mais relevantes do Relatório Cuéllar é o questionamento da universalidade do modelo ocidental de desenvolvimento. A “civilização ocidental” é em larga medida a síntese de três heranças históricas que aspiram à aplicação universal: a racionalidade grega, o poder organizado romano e o salvacionismo cristão. O Ocidente buscou impor sobre outros povos a universalidade de suas teses por meio de sua superioridade militar, técnica e econômica. Entre tais teses, figuram a idéia e os modelos de desenvolvimento. É nesse sentido que M. Godelier indaga se o Ocidente constitui o espelho ou a miragem da humanidade.¹⁶

O conceito de desenvolvimento aparece na retórica diplomática norte-americana do início da guerra fria com o objetivo de justificar a expansão dos interesses geoestratégicos em um contexto de retração do domínio colonial. O oferecimento de cooperação internacional para o mundo subdesenvolvido traduziu-se na tentativa de imposição de mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas com vistas à reprodução das mesmas etapas vividas pelos países europeus e norte-americanos. Nessa linha, a partir de uma leitura econômica do neo-evolucionismo, Rostow estabelece cinco etapas de desenvolvimento:¹⁷ a sociedade tradicional, a preparação para a

16 GODELIER, Maurice. *Is the West the mirror or the mirage of the evolution of humankind?*, in *The cultural dimensions of global change: An anthropological approach*. Paris: Unesco, 1996, p. 63-75.

17 ROSTOW, *op. cit.*

decolagem econômica (implantação de infraestruturas educativas, acumulação e investimentos, avanços tecnológicos), a decolagem, a marcha rumo à maturidade (modernização tecnológica e diversificação de produções) e a sociedade de consumo de massa. As teses de Rostow exerceram influência poderosa junto aos economistas do desenvolvimento.

Na esfera política, a busca do desenvolvimento por parte do terceiro mundo representava o complemento econômico da emancipação política, e visava a redistribuir o poder no sistema internacional. Organismos internacionais e agências nacionais de cooperação para o desenvolvimento surgiram como atores de relevo para a “decolagem” do mundo subdesenvolvido. Teses de inspiração keynesiana privilegiavam o intervencionismo estatal, a industrialização, a mecanização da agricultura e a implantação de infraestruturas de energia, transporte e comunicação.

Em meio século, todo esse contexto foi transformado. No plano político, o terceiro-mundismo revolucionário (A. Sauvy)¹⁸ entrou em declínio com as crises do petróleo e do endividamento externo. O Norte fortaleceu sua hegemonia, sobretudo após o colapso do sistema soviético. Programas voluntaristas de transformação planejada em larga escala são sepultados por ajustamentos estruturais em um contexto de redução da presença do Estado. Dificuldades orçamentárias nos países doadores reduzem drasticamente os fluxos de recursos de “ajuda ao desenvolvimento”. A ajuda oficial ao desenvolvimento é substituída por investimentos privados diretos num quadro de liberalização comercial e financeira. No plano institucional, as agências de cooperação bilateral e multilateral para o desenvolvimento são eclipsadas por instituições de financiamento (FMI, Banco Mundial) e órgãos de regulamentação comercial (OMC), bem como por agrupamentos comerciais regionais, como Mercosul, União Européia, Nafta e Asean. No campo econômico, o pensamento neoclássico, notadamente da Escola de Chicago, exerce uma influência preponderante sobre as principais agências de desenvolvimento, em oposição às teses keynesianas e marxistas. Privilegia-se o crescimento impulsionado pelas forças do mercado, pela iniciativa privada,

18 A. Sauvy cunhou a expressão terceiro mundo em 1953, baseando-se em analogia com o Terceiro Estado da Revolução Francesa.

abertura econômica, globalização financeira e pelo abandono de políticas voluntaristas que impliquem desequilíbrios fiscais e tensões inflacionistas.

Na esfera epistemológica, as grandes sínteses teóricas interdisciplinares e os grandes paradigmas que serviram de referência até os anos 70 para o estudo do desenvolvimento pelas ciências sociais perderam grande parte de sua credibilidade. A problematização do desenvolvimento se realinhou nos campos monodisciplinares (economia, geografia, antropologia, sociologia). Além disso, o terceiro mundo, enquanto objeto de estudo privilegiado, tornou-se uma realidade cada vez mais complexa e diversificada.

A crise da práxis do desenvolvimentismo ocidental está presente na insustentabilidade dos modelos de desenvolvimento. O desemprego tecnológico, a exclusão social, a violência urbana e a degradação da qualidade de vida e do meio ambiente não parecem suscetíveis de solução por via do mero crescimento econômico. A crise se manifesta nos níveis físico-biológico (degradação do meio natural) e sociocultural (degradação do meio humano). Se o modelo de desenvolvimento se irradiou de seu centro dinâmico (Europa e Estados Unidos) em direção à periferia, grande parte dos problemas seguiram caminho inverso, iniciando-se na periferia e passando a invadir o centro, configurando-se um fenômeno de terceiro-mundialização de parte do primeiro mundo (I. Sachs).

B. *A diversidade como chave do desenvolvimento endógeno*

O Relatório Cuéllar privilegia a diversidade sociocultural e o desenvolvimento endógeno:

O desenvolvimento é um processo cultural que não pode ser imposto de fora ou generosamente produzido por instituições bilaterais ou multilaterais de assistência; deve, ao contrário, nascer do âmago de cada sociedade (...) A cultura é, por conseguinte, um fator indispensável do desenvolvimento; na realidade, deveria ser o ponto de partida de todo programa de desenvolvimento autônomo. Tomar a cultura como ponto de partida da transformação de cada comunidade é fundar o desenvolvimento sobre a identidade e os valores de cada povo.

Cabe ressaltar uma ambigüidade presente no próprio título “Nossa Diversidade Criadora”: a diversidade pode criar por si própria ou, ao contrário, a capacidade endógena de criação constitui a verdadeira fonte de diversidade? A Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento inclinou-se pela primeira abordagem, ou seja, a de que a simples proteção das singularidades locais seria suficiente para assegurar a sobrevivência cultural e a criatividade dos grupos sociais:

É a diversidade das sociedades multiculturais, e a criatividade que ela suscita, que torna essas sociedades inovadoras e dinâmicas e assegura sua permanência.

A segunda interpretação, contudo – a capacidade endógena de produzir e inovar –, pode igualmente ser útil para uma melhor compreensão da importância da cultura na definição de modelos endógenos e diversificados de desenvolvimento.

Segundo Darcy Ribeiro, uma teoria geral da evolução sociocultural da humanidade produziria dois padrões: a evolução por aceleração ou por atualização histórica.¹⁹ A primeira se opera em um contexto endógeno como resultado da posse de recursos técnicos, financeiros, políticos e culturais. Um dos efeitos mais relevantes desse tipo de evolução é o fortalecimento de traços culturais autóctones e sua proteção nas interações com os outros povos. Por outro lado, a evolução por atualização resulta da influência sobre a periferia de um processo anterior de aceleração do centro modernizante.

A expansão ocidental impôs modelos exógenos e gerou distorções nas economias coloniais – proibição de indústrias locais, destruição de atividades artesanais tradicionais e desorganização da agricultura de subsistência – e na organização sociopolítica (sistema colonial). Nessa perspectiva, como sublinha Michel Leiris, a expansão européia matou no nascedouro possibilidades de desenvolvimento endógeno fundadas sobre a diversidade de recursos, técnicas e culturas.²⁰ Na ausência de modelos alternativos de desenvolvimento, até a emergência do modelo asiático, acreditou-se que o modelo

19 RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988, p. 34.

20 LEIRIS, Michel, in *Etudes d'éthnographie devant le colonialisme*, citado por CLAXTON. Mervyn, *Culture et développement: étude*. Paris: Unesco. Década Mundial do Desenvolvimento Cultural, 1994, p.17.

ocidental constituía o único historicamente viável, que se expandiu pelo “efeito demonstração” (S. Alatas).

A explicação do atraso econômico do terceiro mundo foi muitas vezes fundamentada em razões fatalistas ligadas ao clima e à raça e sobre a ausência de atributos sociais, institucionais, morais e psicológicos presentes nas sociedades desenvolvidas (planejamento familiar, organização da produção, valores e ambições, técnicas e costumes, visões do mundo, etc.). A diversidade cultural era tida como exótica, supérflua, irracional e supersticiosa. As políticas de desenvolvimento por meio de transformações estruturais foram portanto muitas vezes dirigidas por uma visão etnocêntrica que procurava impor em escala global, como modelo normativo, um conjunto de estruturas e valores que apenas eram válidos para a explicação da evolução histórica das sociedades industrializadas. Em outras palavras, o que era “explicativo” tornou-se “normativo”.

A crítica à visão unilinear das “etapas do crescimento” pressupõe a recusa da modernização como sinônimo da ocidentalização, e defende uma abordagem comparativa e relativista da evolução das sociedades. Essa abordagem permite recordar que algumas nações “em desenvolvimento” abrigaram, no passado, civilizações avançadas do ponto de vista sociocultural e científico em períodos em que a Europa era uma periferia habitada por populações bárbaras. A diversidade das formas culturais confere, ainda, certa autonomia do fator cultural em relação às variáveis geográficas e ecológicas e destrona os determinismos e as alegadas vocações naturais exclusivamente fundadas sobre a raça, o clima, a geografia e a botânica.

A própria expressão “país em desenvolvimento”, afirma G. Myrdal, pressupõe um raciocínio evolucionista linear, visto que sugere que as sociedades do terceiro mundo devem seguir as etapas já vividas pelas nações industrializadas. Ora, a realidade do subdesenvolvimento é hoje muito mais complexa que a das sociedades pré-capitalistas da Europa. O marxismo dogmático também esquematizava a evolução das sociedades do terceiro mundo inspirado no desenvolvimento do capitalismo europeu, e buscava erradicar os “resíduos feudais” presentes nas culturas subdesenvolvidas. Na Idade Média, a lenta retração das atividades econômicas da Antiguidade clássica não provocou a degradação abrupta e sistemática do contexto socioeconômico anterior. O mundo “em desenvolvimento”, ao

contrário, é submetido a um processo de aceleração histórica abrupto, efetuando em poucas décadas a transição de configurações agrárias tradicionais a formações industriais e urbanas modernas. A Europa medieval pode realizar esse processo ao longo de vários séculos, absorvendo o impacto histórico – o que não deixou de se manifestar em sérias perturbações políticas e socioculturais. As “décadas das Nações Unidas para o desenvolvimento” buscaram concentrar em quatro décadas transformações que duraram quatro séculos. A versão brasileira visou a concentrar “50 anos em 5” (J. Kubitschek).

O século XIX foi palco de um debate interessante que opunha a noção de *Kultur* à de civilização. A primeira, preconizada por filósofos alemães, vinculava estreitamente a cultura às especificidades do povo, da nação, da história, e excluía comparações entre culturas distintas. A segunda, na linha do Iluminismo francês, fundamentava-se nas idéias de universalismo e de evolução, e conduzia a uma hierarquização de culturas de acordo com estágios de progresso socioeconômico. A lógica subjacente a esse debate permanece válida hoje, se se considera que o desenvolvimento constitui um estágio superior e universal da civilização contemporânea, devendo-se copiar o mesmo caminho histórico trilhado pelas nações desenvolvidas; ou se, alternativamente, cada região ou país pode construir seu próprio caminho em busca do desenvolvimento – este entendido, não como um estado, mas um processo, um objetivo amplo, mas traduzido concretamente em experiências históricas específicas a cada sociedade.

Visto que a abordagem comparativa possibilita a consideração de caminhos alternativos de desenvolvimento, cumpre distinguir entre o sentido absoluto e universal de desenvolvimento, enquanto fim, e suas vias e manifestações múltiplas, que se adaptam a especificidades locais. A busca do sentido universal do desenvolvimento exige a definição formal de critérios objetivos – símbolos do fenômeno desenvolvimento, representativos de seu conteúdo e livres de particularidades. Abre-se o debate sobre a fenomenologia e semiologia do desenvolvimento.

Para além da diversidade sociocultural, o conceito universal do desenvolvimento se traduz na manifestação de elementos tais como:

No plano material: no campo das infraestruturas, eletrificação, particularmente rural, serviços de transportes e comunicação, estado

sanitário, abastecimento de água e serviços urbanos; no campo da produção, elevação e diversificação da produção industrial, melhoria de produtividade, sofisticação de equipamentos e de recursos de capital; no plano do consumo, alargamento das escolhas e melhoria do poder aquisitivo.

No plano imaterial: na esfera do conhecimento, melhoria dos níveis de educação e de formação profissional, bem como valorização do saber tradicional; no campo da consciência política e da cidadania, promoção dos direitos humanos; na área psicossocial, sensação de bem-estar, segurança e progresso coletivo. A consideração da dimensão cultural do desenvolvimento possibilita, ademais, a inclusão do progresso das artes, das letras, do pensamento, das instituições e das manifestações próprias de cada cultura como símbolos do desenvolvimento humano, de forma a enriquecer uma visão que privilegia apenas os “símbolos econômicos”.

O Relatório Cuéllar faz um paralelo entre a diversidade cultural e a diversidade biológica para demonstrar sua importância para a adaptação, a harmonia e mesmo a sobrevivência das sociedades. É forçoso reconhecer, todavia, a tensão entre a diversidade e a homogeneização de formas de produção e consumo, de valores e estilos de vida produzida pela globalização. Esta última é noção da geoeconomia e da geografia cultural, e resulta da expansão da produção, comercialização e hegemonia dos símbolos culturais da classe média ocidental, viabilizada pelos progressos tecnológicos nos setores de produção, transportes e comunicação. O advento de um mercado planetário que se sobrepõe à diversidade cultural impõe artificialmente novas necessidades de consumo, produzindo segmentos transnacionais de consumidores que partilham sistemas de valores, gostos e “mentalidades socioculturais” muito próximas. Configura-se o fenômeno da transculturação produzida pela internacionalização do sistema produtivo (O. Sunkel).

C. A cultura como fator constitutivo do desenvolvimento

Embora haja consenso em torno de que a cultura está presente no processo de transformações socioeconômicas e tecnológicas características do desenvolvimento, é incipiente o estudo sistemático do papel da cultura como fundamento e ambiente cognitivo, ideológico

e organizacional gerador e determinante dos modelos e processos de desenvolvimento. A cultura atribui valor econômico aos recursos, organiza institucionalmente as atividades e técnicas de produção, consumo, acumulação e distribuição, define os níveis aceitáveis de bem-estar e confere sentido ao desenvolvimento humano. O Relatório Cuéllar privilegia o papel constitutivo da cultura:

Não se pode reduzir a cultura à função subalterna de simples catalizador do crescimento econômico. Importa, por conseguinte, ao mesmo tempo, reconhecer o valor instrumental amplo da cultura no desenvolvimento e admitir que esse papel não esgota toda a dimensão cultural na compreensão do desenvolvimento. A cultura tem igualmente papel de relevo porque constitui um fim desejável em si mesma, dando sentido à nossa existência. É a cultura que liga os indivíduos entre si e torna possível o desenvolvimento de cada indivíduo. É ela que também define seus laços com a natureza e com o ambiente físico.

A cultura “constitui” o desenvolvimento na medida em que está presente nas funções de catalizadora do crescimento econômico, de cimento da vida social, de mediador entre homem e meio ambiente e de fundamento comportamental do homem. Mais que isso: para a Unesco, o fator cultural dá sentido e referência a todos os outros fatores do desenvolvimento. A cultura, portanto, é mais que um simples fator que assegura a viabilidade ou sustentabilidade do desenvolvimento. Ela coloca na devida perspectiva o conjunto de fatores e agentes.

O estudo do papel constitutivo da cultura no processo de desenvolvimento requer uma análise em dois níveis: o estrutural-funcionalista e o sistêmico.

O estrutural-funcionalista enfatiza os componentes da cultura e seus papéis, e sugere a decomposição da cultura em elementos estáticos ou estruturantes, e dinâmicos e estruturados, para a identificação dos que são suscetíveis de mobilização e dos fatores de resistência às transformações. Seria possível, nesse sentido, identificar “vantagens comparativas” de alguns grupos sociais, no que concerne, por exemplo, ao conhecimento, à criatividade, à disciplina e à

capacidade de mobilização. Caberia ainda distinguir entre elementos catalizadores e “bloqueadores” do desenvolvimento.

Os catalizadores podem ser agrupados em três categorias: os cognitivos (educação, formação profissional, conhecimentos sobre meio ambiente e técnicas), os ideológicos (responsáveis pela mobilização de energias sociais, como nacionalismos e ambições coletivas) e os comportamentais (culturas de produção, consumo, poupança, acumulação e investimento). O estudo do sentido, das motivações e da racionalidade dos comportamentos econômicos também constitui uma importante contribuição do funcionalismo.

Os elementos “bloqueadores” do desenvolvimento estão presentes na influência negativa das transformações econômicas, tecnológicas e sociais sobre as configurações socioculturais, que podem gerar disfunções e efeitos traumáticos sobre os comportamentos e estilos de vida. A introdução de elementos de desequilíbrio pode produzir desde a assimilação equilibrada, com a modificação gradual dos comportamentos, até bloqueios e reações violentas de rejeição contra a desculturação. Na busca de fatores “bloqueadores”, contudo, é fundamental evitar a postura de ver na cultura tradicional formas de atraso e irracionalidade a serem extirpadas, ao invés de nela buscar identificar elementos úteis e coerentes com a racionalidade ambiental e social do meio. A Unesco sublinha que o próprio analfabetismo não significa ausência de conhecimentos. O saber e os costumes tradicionais, sobretudo em matéria de clima, solo e uso nutricional e médico da biodiversidade, podem constituir fundamentos do desenvolvimento sustentável. Mitos, lendas e intuições às vezes tidas como superstições resultam de séculos de vivência empírica de gestão do hábitat natural e podem ser jazidas de conhecimentos inexplorados. É necessário superar preconceitos epistemológicos de alegada superioridade e monopólio do saber formal, científico, rigoroso e objetivamente transmitido. O respeito à cultura autóctone aproxima o tradicional do moderno e possibilita a descoberta de racionalidade científica escondida em práticas tradicionais de utilização sustentável dos recursos naturais. É nessa linha que o Relatório Cuéllar preconiza uma mudança de atitude:

A idéia de modernização e a confiança exclusiva na ciência positiva levaram, durante muito tempo, a considerar o

saber autóctone como um obstáculo ao desenvolvimento, um saber atrasado, irracional, mítico ou mágico. Merece registro, todavia, a atual modificação de percepção e de práticas. Em vários campos, há uma convergência impressionante entre o saber científico moderno e o saber e práticas tradicionais. O saber ecológico autóctone e as práticas tradicionais de gestão oferecem soluções que não apenas repousam sobre gerações de experimentação e observação, mas estão também baseadas nos sistemas locais de valores e significados.

A dimensão sistêmica constitui o segundo nível de estudo do papel constitutivo da cultura no processo de desenvolvimento, e possibilita a compreensão da interação entre elementos culturais e econômicos, trocas com outros sistemas, decomposição em subsistemas e o emprego de noções como entropia e *feed back*. O respeito à cultura contribui para a manutenção da homeostasia social em um processo de transformações geradas pelo desenvolvimento, em virtude da estabilidade de instituições, comportamentos e mentalidades. Segundo T. Parsons, o sistema social compreende uma circulação permanente de energia e informação. O desenvolvimento pode ser visto, nessa perspectiva, como um fenômeno de crescimento ao mesmo tempo da energia e da informação de um sistema social. A cibernética estabelece o princípio segundo o qual os componentes mais ricos em informação controlam os mais ricos em energia. Tendo isso em mente, Parsons sustenta que a cultura representa o subsistema mais rico em informação, conquanto o mais pobre em energia. A consideração dos fatores culturais no desenvolvimento aumenta o volume e melhora a qualidade das informações do sistema social e possibilita mobilizar as partes ricas em energia.

Parte III. O desenvolvimento é um fenômeno cultural?

A. O desenvolvimento como projeto de civilização

O Relatório Cuéllar preconiza uma inversão de perspectiva nos laços entre cultura e desenvolvimento. Ao invés de ver a cultura como instrumento, obstáculo ou motor da racionalidade econômica,

ela é colocada no centro da problematização do desenvolvimento, visto que a cultura engloba a própria economia:

Por mais importante que seja sua função de instrumento do desenvolvimento (ou obstáculo a ele), a cultura não pode, em última análise, ser reduzida à categoria de um simples catalizador do crescimento econômico (ou freio a esse crescimento). Seu papel não se limita a servir a este ou àquele fim – mesmo se, em uma ótica mais estreita, ela desempenhe esse papel –, pois ela é o substrato social desses mesmos fins. O desenvolvimento e a economia constituem aspectos da cultura de um povo.

Esse raciocínio se inscreve na linha da conferência Mundiacult, na medida em que o documento final sustenta que “o desenvolvimento deve repousar sobre a vontade de cada povo exprimir sua identidade profunda”. O Relatório Cuéllar estabelece uma relação de determinação poderosa entre os fatores culturais e os estilos de desenvolvimento, a ponto de afirmar categoricamente que o desenvolvimento é uma manifestação cultural:

Todas as formas de desenvolvimento, inclusive o desenvolvimento humano, são determinadas em última análise por fatores culturais. De fato, é inútil falar-se de ‘relação entre cultura e desenvolvimento’, na medida em que o desenvolvimento e a economia são elementos, ou aspectos, da cultura de um povo. A cultura não é, portanto, um instrumento do progresso material; ela é a finalidade do desenvolvimento, entendido no sentido de desabrochar da existência humana em todas as suas formas e em sua plenitude.

Nessa perspectiva, segundo M. Poncelet, o desenvolvimento pode ser interpretado, não como um projeto econômico ou uma teoria, mas um projeto de civilização originalmente ocidental²¹ que tendeu à universalização. O desenvolvimento, na ótica cultural, repousaria sobre

21 PONCELET, Marc. *Une utopie post-iermondiste: la dimension culturelle du développement*, Paris: Édition L'Harmattan, 1994.

valores caros à configuração da civilização ocidental em um contexto teoricamente regido por forças do mercado e pelo liberalismo econômico e político.

Se a idéia do desenvolvimento, como emanção da civilização ocidental, privilegiou os símbolos econômicos e tecnológicos, é possível vislumbrar que manifestações endógenas de desenvolvimento em outras regiões do mundo, a partir de outras experiências históricas e de adaptação ao meio socioambiental, enfatizarão outras representações não-econômicas ou tecnológicas, de acordo com outras escalas de valores: representações éticas, políticas, psicológicas, estéticas, culturais e ecológicas.

Nesse sentido, a sustentabilidade do desenvolvimento humano seria função direta da capacidade endógena de interpretar e traduzir em seu contexto sociocultural e ecológico, com as adaptações necessárias e livre de mimetismos automáticos, o conteúdo universal do desenvolvimento. *A domestic capacity building* é a chave da definição do desenvolvimento como fenômeno característico de cada civilização.

B. O desenvolvimento como gestão do patrimônio cultural

Tem-se falado no advento da “civilização do conhecimento”, da “idade da informação”, da “sociedade de comunicação” e da preeminência do “setor terciário superior”. A sociedade contemporânea estaria vivendo a transição da “civilização da produção material” para a “civilização do conhecimento”, marcada pelo aumento do fluxo de informações, conhecimentos, imagens e símbolos, cujo valor ultrapassa o dos bens materiais. Mais que o processamento de insumos materiais, a economia contemporânea enfatiza a produção do saber, de competências técnicas e científicas, a criatividade e a inovação. Nesse contexto, a gestão do patrimônio cultural de uma sociedade adquire relevo especial.

A elevação dos níveis de educação, o crescimento da capacidade de estocagem, tratamento e transmissão de informações e a expansão de indústrias culturais – fonográfica, audiovisual, entretenimento – expandiram o patrimônio cognitivo e artístico das sociedades e permitiram uma participação mais ampla na sua formação e usufruto. Todavia, a defesa do acesso à informação (produzida por

outros) é incompleta sem a possibilidade de produção e difusão próprias de informação, o que demonstra a importância da posse e competência técnica para operar meios de produção e difusão do saber, bem como de infra-estruturas de ensino, telecomunicações e bibliotecas. Além dos “sem-terra”, a sociedade contemporânea produz os “sem-tela”.²²

A cultura, em seu sentido de produção de conhecimentos, técnicas e bens simbólicos, aproxima-se da economia. Por seu turno, a economia também se aproxima da cultura, pois leva em conta cada vez mais a criatividade na indústria e no *marketing*, o trabalho sobre o imaterial, a ciência e a tecnologia. A elevação do nível de abstração do trabalho humano, que se exerce cada vez mais sobre o tratamento e enriquecimento de informações e símbolos, ao invés de materiais tangíveis, o aumento da complexidade das informações a tratar e a capacidade de inovação constituem hoje traços fundamentais da *soft economy*. Segundo a Unesco, nas sociedades desenvolvidas, a maioria dos empregos não se voltam para o tratamento da matéria física, mas para a “informação agregada”. Autores como R. Reich²³ e A. Toffler²⁴ argumentam que a “revolução cognitiva” faz surgir novas categorias de profissionais, os “manipuladores de símbolos”, o “cognitariato” e os “trabalhadores do saber”. Caberia reajustar as representações da realidade econômica (índices, estatísticas) com vistas a dar à produção e gestão do conhecimento valor cada vez mais relevante frente à produção e consumo de bens materiais. Os modelos econômicos clássicos pressupõem que a informação é perfeita para todos os atores. A partir do momento em que o essencial do trabalho consiste no tratamento da informação, cujo volume e complexidade se expandem, o modelo clássico deixa de ser ideal. A Unesco propõe que a mensuração da riqueza coletiva passe a considerar a quantidade e qualidade das informações, bem como a capacidade de seu enriquecimento por meio do trabalho intelectual. Assim, indicadores da produção científica e técnica (propriedade intelectual, patentes e marcas, estatísticas de centros de pesquisa e universidades)

22 Comentário de líder sindical do setor audiovisual brasileiro.

23 REICH, Robert. *The Work of Nations*. New York: Alfred A. Knopf, 1991.

24 TOFFLER, Alvin. *Powershift: knowledge, wealth, and violence at the edge of the 21st. century*. New York: Bantam Books, 1990.

demonstrariam a existência de elementos significativos do desenvolvimento.

Deve-se, ainda, evitar a consideração parcial e fragmentada dos elementos e meios da “civilização do saber, da informação, da tecnologia e da comunicação”, que pode conduzir à manipulação ideológica, ao surgimento de novos mitos e sofismas e à exclusão de toda a crítica à modernização. Os conhecimentos, informações e tecnologias são produtos socioculturais, e se inserem em contextos históricos, políticos e institucionais. Considerar o conhecimento como o “recurso mais democrático” (A. Toffler) e acessível a todos é desconhecer a complexidade de seu processo de produção, distribuição e acesso, que envolve conflitos de poder.

As desigualdades econômicas tenderão a ser substituídas por desigualdades cognitivas? Em um contexto em que se torna crucial para a competitividade o nível de educação e formação profissional, bem como o acesso a instrumentos de produção sofisticados, a demanda pela distribuição mais equitativa do saber adquire uma dimensão política evidente. A democracia contemporânea será incompleta na ausência de uma agenda de redistribuição do conhecimento e do acesso a meios tecnológicos.

Por outro lado, a “civilização científica”, representada pela difusão de equipamentos tecnologicamente sofisticados de uso cotidiano não parece capaz de difundir através da sociedade uma “cultura científica” fundada sobre uma atitude racional, rigorosa e crítica do mundo. A vulgarização tecnológica se restringe à produção e consumo de instrumentos sofisticados, que dão aos indivíduos a ilusão de participação direta nos progressos tecnológicos por meio da simples aquisição e uso. Trata-se de um processo de alienação que reduz a evolução científico-tecnológica à sua dimensão puramente utilitária.

Conclusão

A integração dos fatores ecológicos no processo de desenvolvimento, sobretudo a partir da publicação do Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), em 1987, e da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, produziu uma sensibilização e uma mudança

de mentalidade em grande parte da sociedade, do empresariado e dos governos. Infelizmente, o mesmo efeito ainda não se verifica em relação à dimensão cultural do desenvolvimento, objetivo da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural da Unesco, encerrada em 1997, e do Relatório Cuéllar.

As razões para isso podem ser tanto de ordem política internacional, visto que contraria interesses dos países desenvolvidos, quanto de natureza prática. Os países ricos impõem a agenda internacional, da qual não faz parte o tema “cultura e desenvolvimento”, visto com desconfiança como uma tentativa de reedição da malograda “nova ordem mundial da informação” proposta pela Unesco nos anos 80. As agências e instituições que favorecem uma melhor consideração da cultura não dispõem de recursos financeiros, políticos e logísticos suficientes. É necessário encorajar a dimensão prática, mensurável, formal e operacional da articulação entre cultura e desenvolvimento, bem como elaborar metodologias concretas de ação, com possibilidade prática de aplicação e orientação nas atividades de terreno, como, por exemplo:

O exame da origem sociocultural dos métodos e meios do desenvolvimento propostos por agentes transformadores e sua compatibilização com as características culturais e históricas dos grupos sociais que serão objeto das ações de transformação estrutural;

e

Na presença de fórmulas alternativas de desenvolvimento, deve ser escolhida a que produz menor impacto nos modos de vida locais, com vistas a atenuar a possibilidade de desequilíbrios socioculturais.

O PNUD alerta contra a tendência de fazer do desenvolvimento uma palavra mágica, um mito retórico de pouco sentido prático. Por outro lado, o desenvolvimento deve ser visto como meio de atingir o verdadeiro fim, qual seja, a realização do potencial humano, em todas as suas dimensões. É fundamental que, de uma noção essencialmente material e economista, o desenvolvimento se enriqueça a ponto de ser definido como a realização de um projeto de civilização fundado sobre a capacidade endógena de construção (*endogenous capacity building*) do bem-estar e de plena realização do homem.

Os regimes democráticos contemporâneos devem evoluir no sentido de integrar em suas preocupações a elaboração e escolha de alternativas técnicas e modelos econômicos, formulando novos

mecanismos de representação, controle e participação sobre as decisões econômicas e técnicas e seus efeitos sociais, éticos e ambientais. A democracia econômica e tecnológica deve fundar uma nova “cultura do desenvolvimento”, com vistas à integração de considerações metaeconômicas. Deve-se superar a dicotomia entre Estado e mercado e vislumbrar a emergência de uma *caring society* fundada sobre a participação efetiva da sociedade por meio de novas modalidades de parceria.²⁵ Todavia, o que se observa atualmente é uma estranha reversão da previsão dos filósofos contratualistas: o Estado abandona sua postura organizadora, reguladora e protetora do tecido social e passa a impor o “reino da natureza”, onde impera a lei do mais forte, representada pela preeminência das leis do mercado sobre considerações socioculturais. Trata-se de uma regressão da civilização rumo a uma barbárie desenvolvida? Seja como for, a cultura não costuma sobreviver à lei da selva.

25 SACHS, Ignacy. *A la recherche de nouvelles stratégies de développement*, p. 15.